



COMISSÃO DE LEGISLAÇÃO, JUSTIÇA E REDAÇÃO
COMISSÃO DE FINANÇAS E CONTROLE
COMISSÃO DE SERVIÇOS PÚBLICOS



PARECER CONJUNTO

Projeto de Lei 261/2024, que Autoriza o Poder Executivo a conceder Gratificação Especial, em única parcela, aos Agentes Comunitários de Saúde e Agentes de Endemias do Município de Indianópolis.

Autor: Prefeito Lindomar Amaro Borges.

1. RELATÓRIO.

De autoria do Prefeito Municipal Lindomar Amaro Borges, chega a estas três comissões, de Legislação Justiça e Redação, Finanças e Controle e de Serviços Públicos, para parecer conjunto, o referido projeto de lei nº 261/2024, que Autoriza o Poder Executivo a conceder Gratificação Especial, em única parcela, aos Agentes Comunitários de Saúde e Agentes de Endemias do Município de Indianópolis.

2. FUNDAMENTAÇÃO LEGAL

A Lei Orgânica do Município de Indianópolis, norma máxima do Município, discorre sobre requisitos formais e materiais ao processo legislativo. Esta norma maior do Município decorre do art. 29 da Constituição Federal de 1988, que consagrou o Município como ente federado e ao mesmo tempo lhe concedendo a autonomia de legislar sobre assuntos de interesse local e suplementar a legislação federal no que couber.

A auto administração e a auto legislação, contemplando o conjunto de competências materiais e legislativas previstas na Constituição Federal para os Municípios, é tratada no artigo 30 da Lei Maior, nos seguintes termos:

Art. 30. Compete aos Municípios:

- I - legislar sobre assuntos de interesse local;
- II - suplementar a legislação federal e a estadual no que couber;



COMISSÃO DE LEGISLAÇÃO, JUSTIÇA E REDAÇÃO
COMISSÃO DE FINANÇAS E CONTROLE
COMISSÃO DE SERVIÇOS PÚBLICOS



A medida que se pretende instituir se insere, efetivamente, na definição de interesse local uma vez que diz respeito ao estrito âmbito do Município de Indianópolis. A iniciativa para o processo legislativo, por sua vez, também está adequada, visto que a proposta visa conceder gratificação especial aos Agentes Comunitários de Saúde e Combate às Endemias. Esta iniciativa está adequada, pois trata de matéria de competência privativa do Chefe do Executivo.

3 - DO MÉRITO.

O Projeto de Lei ora em apreciação tem como objetivo **Autorizar o Poder Executivo a conceder Gratificação Especial, em única parcela, aos Agentes Comunitários de Saúde e Agentes de Endemias do Município de Indianópolis.** Esta iniciativa demonstra por parte do prefeito o alto grau de responsabilidade e de valorização desta categoria tão importância para a saúde do povo de Indianópolis.

Importante salientar que todos os Municípios Brasileiros recebem uma parcela extra, das 12 parcelas que são repassados mensalmente, através do Fundo Nacional de Saúde, denominado de Incentivo Financeiro – IFA, objetivando o fortalecimento de políticas efetivas à atuação de agentes comunitários de saúde e de combate às endemias previsto na lei federal 12.994/2014.

Acontece, que muitos prefeitos usam este recurso para outras atividades de forma arbitrária e estabelecem narrativas diferentes para fugir da responsabilidade. Contudo nem todos os Municípios seguem o mesmo caminho. Felizmente milhares de agentes recebem todo final de ano este importante benefício, que muitas das vezes é denominado de décimo quarto salário. Na nossa cidade de Indianópolis felizmente os agentes estão sendo valorizados e receberão este incentivo, para melhorar seu poder de compra e trazer mais dignidade. No tocante aos recursos orçamentários, os anexos demonstram o impacto financeiro de acordo com o art. 16 da Lei Complementar 101/2.000 (LRF).



COMISSÃO DE LEGISLAÇÃO, JUSTIÇA E REDAÇÃO
COMISSÃO DE FINANÇAS E CONTROLE
COMISSÃO DE SERVIÇOS PÚBLICOS


4 – CONCLUSÃO

Diante do exposto as Comissão de Legislação, Justiça e Redação opina pela constitucionalidade e admissibilidade do referido Projeto, não colocando nenhum obstáculo em sua tramitação. A Comissão de Finanças e de Serviços Públicos, concorda com a presente iniciativa recomendando ao plenário a sua aprovação.

É o Parecer SMJ,


Sala das Comissões, 9 de Dezembro de 2024.


JOSÉ HELVÉCIO FERNANDES DE REZENDE
Relator/Presidente CLJR



LINDOMAR JOSÉ DOS REIS
Presidente CFC


JANICLEIDE ALVES DA SILVA
Presidente CSP


(FALTOU)


RAFAEL DE ALMEIDA JACÓ
Vice-Presidente CLJR

MARCOS TÚLIO DA SILVA
Vice-Presidente CSP/Membro CLJR


CRISTIANE DIAS DE OLIVEIRA RODRIGUES
Vice-Presidente CFC


JOSÉ JOAQUIM PINTO (BARROSO)
Membro CFC


ELMAR FERNANDES DE RESENDE
Membro CSP